



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE  
CONTAS ANUAL - PODERES**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno - Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

**Entidade:** Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

**Gestor responsável:** GILSON GOMES JUNIOR

**Exercício:** 2018

## **1. RELATÓRIO**

### **1.1. Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Informamos que muitos pontos de controle descritos só puderam ser verificados mediante análise de relatórios dos sistemas de gestão pública contratados pela Câmara (Contabilidade, Almoxarifado, Patrimônio, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Portal da Transparência), e mediante verificação de processos administrativos/contábeis nos respectivos departamentos internos. Em muitos casos, não foi possível realizar auditorias propriamente ditas, como as sugeridas pelo TCEES, mas foram checadas informações, relatórios, procedimentos e processos através de verificações singulares.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1. Itens abordados						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa - realização sem prévio empenho	Processos de empenhos	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	100 empenhos R\$ 1.283.994,14	100 empenhos R\$ 1.283.994,14
1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Empenho Global nº 00000021	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	R\$ 186.114,86	R\$ 186.114,86
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Pagamentos nºs: 23, 24, 52, 81, 116, 117, 148, 149, 185,	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li></ul>	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às	R\$ 186.114,86	R\$ 186.114,86



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		212, 242, 268, 295, 330, 331, 349, 372, 375 e 376	<ul style="list-style-type: none"><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	alíquotas normais e suplementares.		
1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Pagamentos nºs: 23, 24, 52, 81, 116, 117, 148, 149, 185, 212, 242, 268, 295, 330, 331, 349, 372, 375 e 376	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 186.114,86	R\$ 186.114,86
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Pagamentos nºs: 25, 53, 82, 114, 150, 184, 211, 241, 267, 296, 332, 348, 371	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li></ul>	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$ 89.973,74	R\$ 89.973,74
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Todos os processos	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no <b>RPPS</b> ; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				registrado como passivo no ente devedor e como ativo no <b>RPPS</b> ; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no <b>RPPS</b> ; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.		
1.2.8	Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Todos os processos	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do <b>RPPS</b> e pelo Controle Interno.	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**1.3. Gestão patrimonial**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário.	Tabelas Anuais oriundas dos Sistemas Informatizados de Almoxarifado e Patrimônio e Balanço	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Bens em Estoque: R\$ 7.072,52 Bens Móveis: R\$ 182.450,59 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis:	Bens em Estoque: R\$ 7.072,52 Bens Móveis: R\$ 182.450,59 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis:



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		Patrimonial			R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle	Tabelas mensais oriundas do Sistema Informatizado de Patrimônio e Balanço Patrimonial	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Bens Móveis: R\$ 182.450,59 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens Móveis: R\$ 182.450,59 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00
1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Repasse de R\$ 121.871,87 referentes a duodécimos mensais, livro Caixa e extratos bancários	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 1.462.462,44	R\$ 1.462.462,44
1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Repasse de R\$ 121.871,87 referentes a duodécimos mensais, livro Caixa e extratos bancários	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 1.462.462,44	R\$ 1.462.462,44
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato		LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele,	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.		
--	--	--	--	--	--	--

**1.4. Limites constitucionais e legais**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência.	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66
1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites -	Folhas de Pagamento Mensais e Guias Mensais SEFIP,	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	nulidade do ato	observando a Receita Corrente Líquida do Município				
1.4.9	Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato		LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66
1.4.11	Despesas com pessoal - extrapolação do limite - providências/me- -didas de contenção	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1.4.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	Folhas de Pagamento Mensais e Guias Mensais SEFIP, observando a Receita Corrente Líquida do Município	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I - de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	R\$ 1.094.611,66	R\$ 1.094.611,66
1.4.13	Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento	Folhas de Pagamento Mensais Empenhos de nºs: 14 a 19; 23 e 24; 56 a 59; 88; 92 a 94; 96 a 99.	CRFB/88, art. 29 - A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	R\$ 908.496,80	R\$ 908.496,80
1.4.17	Despesas com pessoal - subsídio dos	Lei Municipal nº 0797/2016, de 13 de setembro de	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente	R\$ 552.000,00	R\$ 552.000,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	vereadores - fixação	2016 e Empenho 14.		os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.		
1.4.18	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento	Empenho 14. Pagamentos de nºs: 1, 27, 54, 84, 120, 152, 186, 215, 243, 271, 298, 350.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	R\$ 552.000,00	R\$ 552.000,00
1.4.19	Despesas com pessoal - remuneração vereadores	Empenho 14. Pagamentos de nºs: 1, 27, 54, 84, 120, 152, 186, 215, 243, 271, 298, 350.	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da Receita do Município.	R\$ 552.000,00	R\$ 552.000,00
1.4.20	Poder Legislativo Municipal - despesa total	Empenhos de 01 a 100.	CRFB/88, art. 29 - A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14

**1.5. Demais atos de gestão**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
---------------	-------------------------------------	---	-------------------	---------------------	--	--------------------------------



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE	Arquivos exigidos pela IN TC N° 43/2018 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais	IN regulamentador a da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos exigidos pela IN TC N° 43/2018 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais	Arquivos exigidos pela IN TC N° 43/2018 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais
1.5.2	Segregação de funções	Processos Administrativos e Contábeis	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Processos Administrativos e Contábeis	Processos Administrativos e Contábeis

**2. Itens de abordagem complementar**

**2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
--------	--------------------------	--------------------------------------	------------	--------------	-------------------------------	----------------------



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.2.8	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto orçamentário financeiro.	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
2.2.9	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais.	Contrato nº Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
2.2.10	Execução de	<u>Programa:</u>	CRFB/88, art.	Avaliar se houve execução de programas	Total dos	Total dos



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

programas e projetos	0001 - Manutenção das Atividades Legislativas <u>Projetos/Atividade</u> <u>s:</u> 1.001 - Aquisição de Imóvel e Construção da sede 1.002 - Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos Permanentes 2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas 2.002 - Treinamento e Capacitação de Vereadores e Servidores do Legislativo 2.003 - Contribuição para	167, l.	ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual.	Programas e Projetos/ Atividades  R\$ 1.454.669,28	Programas e Projetos/ Atividades  R\$ 1.454.669,28
----------------------	---	---------	---	---	---



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		Associação de Câmaras Municipais do ES - ASCAMES				
2.2.11	Execução de despesas - créditos orçamentários	Total do Orçamento para 2018: R\$ 1.454.669,28	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
2.2.13	Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura	Decreto nº 0552/2018, de 16/08/2018 - Suplementação por anulação de dotação	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	R\$46.276,15	R\$46.276,15
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Todos os 100 empenhos	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	R\$ 1.454.669,28	R\$ 1.454.669,28
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Sistema Informatizado de Contabilidade	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	R\$ 1.462.462,44	R\$ 1.462.462,44
2.2.28	Pagamento de passivos - ordem	Todos os 382 pagamentos	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	cronológica das exigibilidades		CRFB/88, art. 37.	exigibilidades.		
2.2.29	Déficit orçamentário - medidas de contenção	100 Empenhos e Folhas de Pagamento Mensais de Servidores, observando os 70% previstos de acordo com os repasses de duodécimos.	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	R\$ 356.496,80 (Somente servidores)	R\$ 356.496,80 (Somente servidores)
2.2.30	Despesa - realização de despesas - irregularidades	Todos os 100 empenhos	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
2.2.31	Despesa - liquidação	Todos os 100 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Todos os 100 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 62	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	R\$ 1.283.994,14	R\$ 1.283.994,14
2.2.33	Despesa - desvio de finalidade	Todos os 100 empenhos	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.2.34	Despesa auxílios, contribuições e subvenções.	-	Todos os empenhos	100	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2.35	Despesa subvenção social.	-	Todos os empenhos	100	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**2.3. Gestão patrimonial.**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.3.1	Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais	Todos os 100 empenhos	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.2	Dívida pública - precatórios - pagamento	Todos os 100 empenhos	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.5	Cancelamento	Todos os 100	CRFB/88, art.	Avaliar se houve cancelamento de	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	de passivos	empenhos	37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	passivos sem comprovação do fato motivador.		
<b>2.4. Limites constitucionais e legais</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
2.4.1.	Transferências voluntárias - exigências	Processos contábeis de 2018.	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias <b>para outro Ente da Federação</b> e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.3.	Dívida pública - originalmente superior ao limite - redução do valor excedente	Todos os processos administrativos de 2018 da Câmara Municipal.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do <b>Estado/Município</b> , no final do exercício de <b>2001</b> , excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	-	-



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.5. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Empenhos: - 001 - E&L Produções de Software Ltda - 012 - EmporioCardLtda - 032 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP - 011 - WW Informática - ME - 043 - Erildo Germano Freitas - Ivair Ost - ME	LC 116/2003 (ISS), art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999 (IR). Lei 8.212/1991 (Seguridade Social). Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas <b>pessoas jurídicas contratadas</b> pela administração pública.	ISS: - WW Informática Ltda (Manut. Corret. e prevent.) - Erildo Germano Freitas ME - Ivair Ost - ME IR: - &L Produções de Software Ltda - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP	Valores Base ISS: - WW Informática Ltda (Manut. Corret. e prevent.) - R\$ 3.999,00 - Erildo Germano Freitas ME - R\$ 542,00 - Ivair Ost - ME - R\$ 1.085,00 Valores Base IR: E&L - R\$ 29.082,00 Ágape - R\$ 13.333,33
2.5.2.	Base de cálculo de contribuições - RPPS		CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	Pagamentos ao INSS: <u>Parte Patronal (21%)</u> : Pagamentos nºs: 23, 24, 52, 81, 116,	CF/88, art. 40. LRF, art. 69 (RPPS). Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º (RPPS)	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Patronal: R\$ 186.114,86  Segurados: R\$ 89.973,74	Patronal: R\$ 186.114,86  Segurados: R\$ 89.973,74



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		117, 148, 149, 185, 212, 242, 268, 295, 330, 331, 349, 372, 375 e 376 <u>Parte dos</u> <u>Segurados</u> (Variável , de acordo com a faixa salarial): Pagamentos nºs: 25, 53, 82, 114, 150, 184, 211, 241, 267, 296, 332, 348, 371				
2.5.5.	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao <b>RPPS</b> , nas unidades gestoras	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.7.	Servidores cedidos	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.10.	Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	Legal		SPS 02/2009, art. 36, § 1º.			
2.5.22	Base de cálculo de contribuições - RPPS	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.26.	Censo Atuarial	-	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
2.5.37.	Registro de Admissões	Pastas funcionais dos 6 servidores efetivos da CM	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	6 servidores efetivos	6 servidores efetivos

**2.6. Demais atos de gestão**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1.	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2018.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 Cargos em comissão:	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 Cargos em



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				e assessoramento.	Secretária Geral da Câmara e Auxiliar Parlamentar Controlador Geral Interno	comissão: Secretária Geral da Câmara e Auxiliar Parlamentar Controlador Geral Interno
2.6.2.	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2018.	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara e Auxiliar Parlamentar Controlador Geral Interno	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara e Auxiliar Parlamentar Controlador Geral Interno
2.6.3.	Pessoal - contratação por tempo determinado	-	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.6.4	Pessoal - teto	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2018.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	R\$ 908.496,80	R\$ 908.496,80
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2018.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	R\$ 908.496,80	R\$ 908.496,80
2.6.6.	Dispensa e inexistência de licitação.	Todos os empenhos, exceto os de vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais e os provenientes de processos com emprego de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistência de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Inexistência: R\$ 4.460,00  Dispensa de Licitação: R\$ 65.679,07  Total: R\$ 70.139,07	Inexistência: R\$ 4.460,00  Dispensa de Licitação: R\$ 65.679,07  Total: R\$ 70.139,07



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, priorizamos aqueles constantes da IN TC Nº 43, de 05 de dezembro de 2017, relacionados ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, à execução orçamentária e àqueles ligados às despesas de pessoal, haja vista serem estas as despesas de maior vulto no orçamento deste Legislativo.

Além dos acompanhamentos com relação aos pontos de controle acima mencionados, ao longo do ano foram realizadas análises específicas também sobre os assuntos que seguem abaixo listados:

- Relatório de Ação de Auditoria 01/2018 - VERIFICAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES PARA COMPOSIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PCA 2018 - REF: 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018
- Relatório de Ação de Auditoria 02/2018 - TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO - GRAU DE CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TCEES NA FORMA DO TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 02002/2016-1 (PROCESSO TC Nº 02918/2015-3)
- Relatório de Ação de Auditoria 03/2018 - LIMITES COM FOLHA DE PAGAMENTO E DESPESAS COM PESSOAL - CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
- Relatório de Ação de Auditoria 04/2018 - LEGALIDADE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018, CONFORME MATRIZ DE PLANEJAMENTO
- Relatório de Ação de Auditoria 05/2018 - ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL (EM OBSERVÂNCIA À CRFB/88, ART. 167, INCISO V, C/C ART. 43 DA LEI Nº 4.320/64), CONFORME MATRIZ DE PLANEJAMENTO.
- Relatório de Ação de Auditoria 06/2018 - OBEDIÊNCIA AOS LIMITES ESTIPULADOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONFORME MATRIZ DE PLANEJAMENTO.
- Relatório de Ação de Auditoria 07/2018 - CUMPRIMENTO DO TETO REMUNERATÓRIO DISPOSTO NO ART. 37, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988, CONFORME MATRIZ DE PLANEJAMENTO

Os resultados esperados com as análises realizadas foram a conformidade dos processos, observação de critérios estabelecidos pela legislação e verificação dos controles utilizados nas atividades.

Participamos também do Levantamento de Governança de TI 2018 e do Levantamento de Sistema de Controle Interno 2018, ambos promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

## **1.2. Constatações e proposições**

As atividades de competência do Controle Interno tiveram como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nas diversas áreas da administração, cujos resultados foram consignados em relatórios contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Abaixo seguem considerações sobre os pontos elencados na IN TC nº 43, de 05 de dezembro de 2018:

<b>Código</b>	<b>Achados/Constatações</b>	<b>Proposições/ Alertas</b>	<b>Situação</b>
1.1.2	Todas as despesas foram realizadas com emissão de prévio empenho.	Não houve	Regular
1.2.1	As despesas previdenciárias patronais (RGPS) têm sido registradas observando o regime de competência.	Não houve	Regular
1.2.2	A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil.  No exercício sob análise, as despesas com obrigações patronais foram de R\$186.114,86 (Cento oitenta e seis mil e cento e quatorze reais e oitenta e seis centavos).	Não houve	Regular
1.2.3	Não ocorreu em 2018 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.	Não houve	Regular
1.2.4	As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil. No exercício sob análise, o INSS apurado, retido e recolhido de servidores foi de R\$89.973,74 (Oitenta e nove mil novecentos e setenta e três reais setenta e quatro centavos).	Não houve	Regular
1.2.5	A CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS e tão pouco parcelamento de débitos previdenciários no exercício em questão.	Não houve	Regular
1.2.8	A CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS nem Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.	Não houve	Regular
1.3.1	As demonstrações contábeis da CM de Laranja da Terra/ES correspondem à integralidade dos bens em estoque e dos bens móveis que possuímos em compatibilidade com os inventários anuais, bem	Não houve	Regular



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	como, as variações decorrentes de depreciação e avaliações realizadas.		
1.3.2	A CM de Laranja da Terra/ES tem mantido os bens que possui registrados e controlados, sendo que na estrutura administrativa do órgão, o departamento responsável por sua guarda e administração é a Secretaria Geral da Câmara.	Não houve	Regular
1.3.3	As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 0186, Conta Corrente/Aplicação 3.488.533, rendendo ao longo do ano R\$ 3.666,50(Três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).	Não houve	Regular
1.3.4	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados pelo Departamento Contábil/Financeiro.	Não houve	Regular
1.3.7	Não se aplica ao exercício em questão.		
1.4.6	Todas as despesas com pessoal foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. NÃO houve terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores.	Não houve	Regular
1.4.7	Os limites de Despesas com Pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, pois na esfera municipal não poderiam exceder a 6% (seis por cento) para o Legislativo. Assim, o valor apurado de R\$ 1.094.611,66 (Um milhão e noventa e quatro mil, seiscentos e onze reais e sessenta e seis centavos) correspondente ao valor das Despesas com Pessoal está dentro dos limites, representando a 3,51% (três inteiros e cinquenta e um centésimos) de uma RCL de R\$ 31.212.952,30 (Trinta e um milhões, duzentos e doze mil novecentos cinquenta e dois reais e trinta centavos).	Não houve	Regular
1.4.8	NÃO foram praticados atos que incidiram em aumento das despesas com pessoal.	Não houve	Regular
1.4.9	Não se aplica ao exercício em questão.		
1.4.10	As despesas totais com pessoal, no valor de R\$ 1.094.611,66 (Um milhão e noventa e quatro	Não houve	Regular



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	mil, seiscentos e onze reais e sessenta e seis centavos), NÃO excederam a 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo permitido para o Poder (95% = R\$ 1.779.138,28 - Um milhão, setecentos setenta e nove mil, cento e trinta e oito reais e vinte e oito centavos).		
1.4.11	As despesas totais com pessoal NÃO ultrapassaram o limite de R\$ 1.872.777,14 (Um milhão, oitocentos e setenta e dois mil e setecentos setenta e sete reais e catorze centavos), correspondente aos 6% (seis por cento) estabelecido no artigo 20 da LRF, para o Poder Legislativo Municipal, visto que estamos no percentual de 3,51% (três inteiros e cinquenta e um centésimos). NÃO houve extrapolação dos limites, nem prudencial nem máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, no Poder Legislativo, portanto, não havendo medidas de contenção.	Não houve	Regular
1.4.12	NÃOhouve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras.	Não houve	Regular
1.4.13	O gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de R\$ 908.496,80 (Novecentos e oito mil, quatrocentos noventa e seis reais e oitenta centavos), NÃO ultrapassando, portanto, os 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício, que foi de R\$ 1.462.462,44 (Um milhão, quatrocentos sessenta e dois mil, quatrocentos sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), ficando em 62,12% (sessenta e dois inteiros e doze centésimos). Mas, se considerarmos o valor preliminar do Orçamento, que estava estipulado em R\$ 1.454.669,28 (Um milhão quatrocentos cinquenta e quatro mil e seiscentos sessenta e nove reais e vinte e oito centavos), os R\$ 908.496,80 (Novecentos e oito mil, quatrocentos noventa e seis reais e oitenta centavos)gastos com Folhas de Pagamento representariam 62,45%,ou seja, mesmo assim o art. 29 - A, § 1º, da CRFB/88 foi respeitado.	Não houve	Regular
1.4.17	A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o	Não houve	Regular



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra, consoante preceitua a Lei Municipal nº 0797/2016, de 13 de setembro de 2016.		
1.4.18	Os pagamentos de Subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, ou seja, em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores poderia ser 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, o que foi expressamente observado.	Não houve	Regular
1.4.19	O total da despesa com a remuneração dos Vereadores foi de R\$ 552.000,00 (Quinhentos e cinquenta e dois mil reais), NÃO ultrapassando o montante de 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do Município, apurada em R\$ 31.212.952,30 (Trinta e um milhões, duzentos e doze mil e novecentos cinquenta e dois reais e trinta centavos) para o exercício de 2018, representando apenas 1,77% (Um inteiro e setenta e sete centésimos) daquele valor.	Não houve	Regular
1.4.20	O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os Subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, totalizando R\$ 1.283.994,14 (Um milhão, duzentos e oitenta e três mil e novecentos noventa e quatro reais e quatorze centavos).	Não houve	Regular
1.5.1	Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo III, alínea "D", da IN 43/2018, regulamentadora da remessa de prestação de contas anual.	Não houve	Regular
1.5.2	Este princípio é atendido nas atividades de autorização, execução e controle. Nas outras atividades, este item ainda fica um pouco prejudicado por conta do número reduzido de servidores e por continuarmos próximos do limite de	Não houve	Atende parcialmente



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	70% máximo possível de ser gasto com Folhas de Pagamento. As atividades são distribuídas dentro das possibilidades, buscando sempre a eficiência, eficácia e economicidade para a Câmara Municipal.		
2.2.8	Não houve criação de ação governamental com consequente aumento da despesa.	Não houve	Regular
2.2.9	Não houve criação de despesas de caráter continuado com consequente aumento da despesa.	Não houve	Regular
2.2.10	Não ocorreu em 2018, no orçamento da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual.	Não houve	Regular
2.2.11	NÃO foram realizadas despesas, tampouco houve assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais. A PMLT repassou financeiramente, ao invés de R\$ 1.454.669,28 (Um milhão quatrocentos cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte oito centavos) R\$ 1.462.462,44 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).	Não houve	Regular
2.2.13	Houve abertura de crédito adicional suplementar no Poder Legislativo no valor de R\$ 46.276,15 com prévia autorização legislativa dada pela <i>alínea a</i> , Inciso III, Art. 4º, da Lei Municipal 803/2016, que <i>“Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2018”</i> .	Não houve	Regular
2.2.18	Não ocorreu no exercício em questão.	Não houve	Regular
2.2.24	A consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Não houve	Regular
2.2.28	A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES mantém os pagamentos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Não houve	Regular
2.2.29	Oficialmente, NÃO foram expedidos atos de limitação de empenho, mas, o gestor manteve medidas de contenção de despesas iniciadas em 2017, com relação aos Gastos com Folha de Pagamento a fim de evitar déficit orçamentário e	Não houve	Regular



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	financeiro no exercício.		
2.2.30	NÃO foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, por parte do Poder Legislativo Municipal. Todos os processos administrativos/contábeis passaram pelo crivo do Presidente, que pôde acompanhar de perto a realização das despesas.	Não houve	Regular
2.2.31	Os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal n º 4.320/64 para a liquidação das despesas foram observados.	Que a legislação seja observada a fim de evitar erros	Regular
2.2.32	Para todo pagamento de despesa houve regular liquidação.	Não houve	Regular
2.2.33	As despesas decorrentes de recursos vinculados, a teor do artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar n º 101/2000 aplicam-se ao Poder Executivo.	Não houve	Não se aplica
2.2.34	A nível de Câmara, não ocorreu em 2018.	Não houve	Regular
2.2.35	A nível de Câmara, não ocorreu em 2018.	Não houve	Regular
2.3.1	A nível de Câmara, não ocorreu em 2018.	Não houve	Regular
2.3.2	A nível de Câmara, não ocorreu em 2018.	Não houve	Regular
2.3.5	Não houve cancelamento de passivos em 2018.	Não houve	Regular
2.4.1	NÃO realizamos transferências voluntárias na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.	Não houve	Regular
2.4.3	NÃO temos Dívida Pública na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.	Não houve	Regular
2.5.1	As retenções na fonte e o recolhimento de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pelo Poder Legislativo foram realizadas, conforme relatórios mensais de empenhos, liquidações e pagamentos.	Não houve	Regular
2.5.2	NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social, por isso as contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas	Não houve	Regular



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	respeitando as devidas bases de cálculo.		
2.5.4	NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social e obedecemos as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Não houve	Regular
2.5.5	As guias de recolhimento de contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social encontram-se devidamente arquivadas nesta Casa de Leis. Não temos contribuições previdenciárias devidas ao <u>RPPS</u> .	Não houve	Regular
2.5.7	A Câmara não cedeu nenhum servidor a outro órgão.	Não houve	Regular
2.5.10	Sem dados a declarar.	Não houve	Regular
2.5.22	Não temos, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.	Não houve	Regular
2.5.26	A nível de Câmara, não houve, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.	Não houve	Regular
2.5.37	Todos os 06 (seis) servidores admitidos através de Concurso Público foram devidamente registrados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	Não houve	Regular
2.6.1	Em 2018, os cargos em comissão eram os de Secretaria Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar e Controlador Geral Interno, sendo este último exercido por servidora ocupante de cargo efetivo.	Não houve	Regular
2.6.2	A Lei foi cumprida conforme o que dispõe a Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.	Não houve	Regular
2.6.3	NÃO realizamos contratação por tempo determinado em 2018.	Não houve	Regular
2.6.4	O teto remuneratório (subsídio do Prefeito estipulado em R\$ 14.000,00) dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Não houve	Regular
2.6.5	NÃO houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias não autorizadas por lei específica.	Não houve	Regular
2.6.6	As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação realizadas em 2018 observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Continuar observando particularidades nesses	Regular



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		tipos de contratações	
--	--	-----------------------	--

Os critérios de análise referem-se à conformidade e à operacionalidade das áreas envolvidas com os processos, levando em consideração a eficiência, eficácia, economicidade e boas práticas de controle e governança.

Não foram objeto de análise os itens que se referem ao RPPS, pois o município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

Com a realização das análises efetuadas nos procedimentos administrativos e contábeis, constatamos alguns erros primários que não provocaram danos ao erário. Entre eles podemos citar: ausência de paginação em processos, inobservância de alguns detalhes na elaboração dos mesmos, erros de digitação em editais de licitação, entre outros.

**Conclusões das Análises**

Nos momentos em que ocorreram situações divergentes do ideal, justificamos com o despreparo de alguns servidores.

Outros fatores que interferiram negativamente foram a falta de espaço físico apropriado para comportar adequadamente todos os servidores (não temos sede própria e, o pavimento que utilizamos não tem estrutura preparada especificamente para os trabalhos de uma Câmara). Já temos melhores equipamentos de informática, mas, os sistemas de gestão pública ainda não estão integrados 100%. Influencia no resultado também o modo como é composto o grupo de trabalho, falta de comunicação efetiva entre os servidores, divisão inadequada das tarefas, desmotivação e falta de valorização do trabalho realizado, entre outros.

Além disso, é preciso aprimorar o uso da tecnologia da informação na centralização e no tratamento de dados de diversas naturezas, isso, além de tornar o atendimento às demandas muito mais eficiente, pode garantir inteligência para a tomada de decisão e maior facilidade para diagnósticos mais acertados sobre a realidade e as necessidades do órgão.

É necessário também proporcionar qualificação e permanente atualização técnica do quadro de pessoal, especialmente dos setores administrativo e contábil/financeiro, bem como promover a permanente integração e cooperação funcional entre os diversos setores da entidade.

Especificamente, em relação às futuras contratações de prestação de serviços e/ou de fornecimento de materiais e produtos, recomendamos que a Câmara Municipal utilize mais o apoio técnico e jurídico para desenvolvimento das etapas dos processos, desde a escolha da melhor proposta até a elaboração dos termos de contratos e do efetivo



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

acompanhamento da execução, obtendo e mantendo toda a documentação devidamente organizada e arquivada.

Sugerimos também a realização de acompanhamentos periódicos da documentação que dá suporte aos registros contábeis, a fim de detectar eventuais inconsistências e fragilidades e/ou a necessidade de proposição de melhorias.

Recomendamos ainda que a entidade siga implantando e aperfeiçoando os controles internos em todos os setores da administração.

**Proposições/alertas efetuados**

- Que o Presidente solicite aos envolvidos diretamente na execução das atividades administrativas e contábeis que atendam as recomendações sugeridas por meio das análises efetuadas de forma a minimizar todas as possibilidades de incorreções.
- Que sejam aperfeiçoados os controles internos em todos os setores da administração.

**Medidas de saneamento adotadas**

O Presidente da Câmara, após orientação da Unidade Central de Controle Interno, solicitou aos responsáveis diretos para que, dentro das possibilidades e o mais rápido possível, atendessem as sugestões dadas pela UCCI nos relatórios apresentados ao longo do exercício financeiro e que a Unidade Central de Controle Interno continue fiscalizando/orientando todas as atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo.

**1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal**

A Câmara Municipal de Laranja da Terra atendeu os limites previstos na Constituição Federal quanto às necessidades administrativas do Poder e aos preceitos da responsabilidade fiscal.

A Constituição Federal, em seu art. 29-A, estabelece:

*“Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:*

...

*I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;”* (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009).

No que tange à execução orçamentária relativa ao exercício de 2018, destacamos que o valor aprovado para a Câmara Municipal por meio da Lei nº 852, de 28 de dezembro de 2017 que *“Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2018”* foi no valor de R\$ 1.454.669,28 (Um milhão quatrocentos cinquenta e quatro mil e seiscentos sessenta e nove reais e vinte e oito centavos).



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Porém, é interessante informar que, logo no início do exercício financeiro de 2018 fomos informados pelo Poder Executivo que a Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES teria direito no exercício a R\$ 1.462.462,44 (Um milhão quatrocentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

Foi feita uma devolução financeira no valor de R\$ 141.369,63 (Cento e quarenta e um mil e trezentos sessenta e nove reais e sessenta e três centavos) pela Câmara em 28/12/2018, atendendo assim o disposto na Lei Orgânica do Município, Artigo 43, Inciso XIII, que diz: “- *Devolver aos cofres municipais o saldo de suas contas no final do exercício*”. Restou ainda na conta da Câmara Municipal um valor financeiro de R\$ 37.098,67 (Trinta e sete mil e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), que ficou como Disponibilidade de Caixa Bruta, conforme se pode verificar nos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao Segundo Semestre de 2018, sendo referente ao Registro por Competência do exercício (Férias e Obrigações Patronais).

As despesas realizadas de 01/01/18 a 31/12/2018 totalizaram R\$ 1.283.994,14 (Um milhão, duzentos e oitenta e três milnovecentos noventa e quatro reais e quatorze centavos) obtendo-se uma economia orçamentária no valor de R\$ 178.468,30 (Cento setenta e oito mil quatrocentos sessenta e oito reais e trinta centavos), o que representa 12,20% do que fora repassado ao longo do ano.

Não tivemos inscrições em Restos a Pagar, pois a Câmara tenta sempre zelar pelo cumprimento de suas obrigações financeiras dentro do exercício correspondente.

Do total das despesas empenhadas de 01/01/2018 até 31/12/2018, foram liquidados e pagos R\$ 1.283.994,14 (Um milhão, duzentos e oitenta e três mil novecentos noventa e quatro reais e quatorze centavos).

Com a aplicação dos valores recebidos a título de Duodécimos no Banco do Estado do Espírito Santo S/A, arrecadamos de Juros sobre Aplicações Financeiras no exercício um total de R\$ 3.666,50 (Três mil, seiscentos sessenta e seis reais e cinquenta centavos), devolvidos à PMLT em 28/12/2018.

Como informado no início, a execução orçamentária da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES no exercício 2018 respeitou o valor do indicativo de teto orçamentário estipulado pelo Poder Executivo. A Câmara manteve em equilíbrio o gasto público, considerando o cenário de rigidez orçamentária, avaliando constantemente as despesas com Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

Durante o ano de 2018, alguns fatores comprometeram a execução de ações. O quadro de pessoal acentuou as dificuldades no período. Seria necessário aprimorar qualitativamente e quantitativamente a área de Recursos Humanos, mas, com o valor possível de ser gasto com Folha de Pagamento estipulado em 70% do orçamento recebido, finalizamos o ano com apenas 06 funcionários efetivos (um deles ocupando cargo comissionado de Controlador),



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

03 comissionados (um, como dito, sendo proveniente de cargo efetivo), 01 estagiário (cedido para o fórum) e o Contador cedido pelo Poder Executivo, totalizando 09 pessoas atuando.

Fazendo uma análise dos dados apresentados nos Relatórios de Gestão Fiscal, podemos observar que a Câmara apresentou como Despesa Total com Pessoal no exercício de 2018 o montante de R\$ 1.094.611,66 (Um milhão e noventa e quatro mil, seiscentos e onze reais e sessenta e seis centavos), sendo R\$ 908.496,80 (Novecentos e oito mil, quatrocentos noventa e seis reais e oitenta centavos) com Folhas de Pagamento (Servidores e Vereadores) e R\$ 186.114,86 (Cento oitenta e seis mil e cento e quatorze reais e oitenta e seis centavos) com obrigações patronais, o que implica em 3,51% em relação à Receita Corrente Líquida do Município informada pelo Poder Executivo, não ultrapassando assim os limites com Despesa de Pessoal naquele exercício.

Ressalte-se que a Lei nº 0797/2016, de 13 de setembro de 2016, estipulou os subsídios que vigorarão de 2017 a 2020, sendo o de Vereadores R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) e o de Presidente da Câmara R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Foram detalhadas mensalmente as despesas pagas das obrigações patronais ao INSS, distinguindo os valores repassados da parte do servidor e da parte empregador.

No entendimento desta Unidade Central de Controle Interno, no exercício de 2018 as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas "*sub examine*" representam adequadamente a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Conforme abordado no escopo do presente relatório, não foram detectados itens que comprometessem as informações prestadas.

Algumas situações dependem indiretamente dos atos de gestão, sendo desejável a superação das metas previstas, o que ocorreu em boa parte dos casos. Apesar de todas as dificuldades, consideramos satisfatórios os resultados alcançados, cuja flutuação do percentual de execução, entendemos estar dentro da normalidade.

Reforçamos que, gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade dos gastos públicos, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável deve ser objeto de busca constante.

Concluimos, portanto, que os resultados foram alcançados a contento, tendo a CMLT cumprido sua missão institucional no período sob análise.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Assim, após examinarmos a PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, de responsabilidade do Sr. GILSON GOMES JUNIOR, Chefe do Poder Legislativo do Município de Laranja da Terra/ES no exercício de 2018, tendo como base diversos objetos e pontos de controle analisados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular.

Laranja da Terra, 20 de março de 2019.

**VERUSKA PEDRO**  
Controladora Geral Interna